

3. Fotocópia do comprovante de escolaridade exigido para o exercício da função e registro no Conselho Regional de Enfermagem;
4. Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento, se casado;
5. Fotocópia dos cartões de inscrição no PIS/PASEP e CIC;
6. Carteira de Trabalho e Previdência Social;
7. 4 Fotos 3X4 iguais e recentes (com ou sem data). O não comparecimento da candidata no prazo acima estabelecido, bem como a recusa à contratação ou consulta da e contratada deixar de entrar em exercício, terá exaurido o direito decorrente de sua habilitação no Concurso.

Segue: Classificação - Nome - RG.
2º - Santa Jacinta de Souza - 10.906.211

(29-30-1)

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Abertura de Inscrições

Acha-se aberta na Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas, à Rua Clóvis Bueno de Azevedo, 70 - Ipiranga - São Paulo, inscrição para o Processo Seletivo para contratação de Professor(es) na(s) disciplina(s) ou área(s): Prática em Eletromecânica, Eletrotécnica, Instalações Elétricas, Máquinas Elétricas e Desenho Técnico, da(s) habilitação(ões): Eletromecânica sob o regime CLT, no(s) dia(s): de 27 a 30-11-1989. No ato da inscrição, serão fornecidas ao candidato, as condições e as exigências que regem o presente Processo Seletivo.

(25-28-29)

Faculdade de Tecnologia da Baixada Santista

O Diretor Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza faz saber que se acham abertas as inscrições para o Processo Seletivo, para o preenchimento de funções docentes na categoria de Professor Assistente, sob o regime da CLT, a serem desempenhadas na Faculdade de Tecnologia da Baixada Santista, com remuneração estabelecida pelo Decreto 17.412, de 31-7-81 e legislação posterior.

Período de aulas: diurno e noturno.

Vagas: 14, sendo uma para cada disciplina com exceção de ETP que são 3 vagas e IU que são 2 vagas.

O edital na íntegra foi publicado no D.O. de 25-11-89, página 52, Seção I.

(28-29)

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

11.ª Legislatura

ATO DA MESA N.º 46, DE 1989

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regimentais e em atendimento ao pedido do nobre Deputado Tadashi Kuriki, Presidente do Grupo de Trabalho instituído pelo Ato da Mesa n.º 234, de 1988, para estudar a situação das terras de domínio do Estado de São Paulo e de propriedade de empresas em que o Estado seja acionista majoritário, decide prorrogar o prazo de seu funcionamento por mais 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 10 de novembro de 1989.

Assembleia Legislativa, em 23-11-89.

a) **TONICO RAMOS**, Presidente; a) **Nabi Abi Chedid**, 1.º Secretário; a) **Vicente Botta**, 2.º Secretário

REQUERIMENTO

Requeremos, nos termos regimentais, a prorrogação do prazo de funcionamento do Grupo de Trabalho constituído para estudar a situação das terras de domínio do Estado de São Paulo e de propriedade de empresas em que o Estado seja acionista majoritário, objeto do Ato da Mesa n.º 234/88, por mais 180 (cento e oitenta dias), a partir de 10-11-89.

Justificativa

O presente requerimento justifica-se, tendo em vista a exiguidade de tempo para que possam ser levadas a bom termo as conclusões finais dos trabalhos.

Sala das Comissões, em 7-11-89.

a) **TADASHI KURIKI**, Presidente

ATO DA MESA N.º 47, DE 1989

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regimentais e em atendimento ao pedido do nobre Deputado Fernando Leça, Presidente do Grupo de Trabalho criado pelo Ato da Mesa n.º 240, de 27 de maio de 1988, com a finalidade de estudar a legislação que criou a Carteira de Previdência dos Deputados à Assembleia Legislativa e propor, na forma de anteprojeto a ser posteriormente encaminhado ao Governador do Estado, as correções que forem julgadas necessárias, decide prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, o prazo de seu funcionamento, a partir de 7 de novembro de 1989.

Assembleia Legislativa, em 24-11-89.

a) **TONICO RAMOS**, Presidente; a) **Nabi Abi Chedid**, 1.º Secretário; a) **Vicente Botta**, 2.º Secretário

REQUERIMENTO

Requerito, nos termos regimentais, a prorrogação do prazo de funcionamento do Grupo de Trabalho constituído para estudar a legislação que criou a Carteira de Previdência dos Deputados à Assembleia Legislativa e propor, na forma de anteprojeto a ser posteriormente encaminhado ao governador do Estado, as correções que forem julgadas necessárias, por mais 90 (noventa) dias, a partir de 7 de novembro de 1989.

Justificativa

O presente requerimento justifica-se, tendo em vista o acúmulo de atividades dos senhores parlamentares, no período constituinte, que impossibilitou a realização de reuniões, pesquisas e estudos necessários para a conclusão dos trabalhos do referido grupo, no prazo anteriormente previsto.

Sala das Sessões, em 31-10-89.

a) **FERNANDO LEÇA**, Presidente

ATO DA MESA N.º 48, DE 1989

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regimentais e em atendimento ao pedido da nobre Deputada Erli Ayala, Presidente do Grupo de Trabalho constituído pelo Ato da Mesa n.º 1.623, de 1987, com finalidade de estudar o problema social do alcoolismo e da toxicomania, com vistas a propor soluções a respeito, decide prorrogar por mais 180 (cento e oitenta) dias o seu funcionamento, a partir de 11 de novembro de 1989.

Assembleia Legislativa, em 24-11-89.

a) **TONICO RAMOS**, Presidente; a) **Nabi Abi Chedid**, 1.º Secretário; a) **Vicente Botta**, 2.º Secretário

REQUERIMENTO

Requerimento, nos termos regimentais, a prorrogação do prazo de funcionamento do Grupo de Trabalho constituído para estudar a problemática social do alcoolismo e da toxicomania, com vistas a propor soluções, por mais 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 11 de novembro de 1989.

Justificativa

O presente requerimento justifica-se, tendo em vista o acúmulo de atividades dos senhores parlamentares durante o processo constituinte, que impossibilitou a realização de reuniões e o aprofundamento de estudos que levassem a bom termo a conclusão dos trabalhos.

Sala das Sessões, em 31-10-89

a) **ERLI AYALA**, Presidente

Ordem do Dia

29 de novembro de 1989

196.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação da Moção n.º 380, de 1988, apresentada pelo deputado Osvaldo Sbeghen, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem adotadas medidas preventivas de segurança nas rodovias federais. Parecer n.º 866, de 1989, da Comissão de Transportes, favorável.

2 - Discussão e votação da Moção n.º 71, de 1989, apresentada pelo deputado Marcelino Romano Machado, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem divulgados para conhecimento público, através dos órgãos responsáveis pelo Sistema Financeiro de Habitação, os itens que especifica. Parecer n.º 1050, de 1989, da Comissão de Promoção Social, favorável.

3 - Discussão e votação da Moção n.º 98, de 1989, apresentada pelo deputado Luiz Francisco, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser doado o equivalente a cinco por cento do valor arrecadado com a energia aos municípios que contribuem para a produção energética. Parecer n.º 900, de 1989, da Comissão de Obras Públicas, favorável.

29 de novembro de 1989

197.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA

- Discussão adiada e votação do Projeto de lei n.º 499, de 1989, apresentado pelo Sr. Governador, disposto a respeito do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores. Com emendas. Parecer n.º 936, de 1989, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 22 e contrário às de n.ºs 14 e 21. Parecer n.º 937, de 1989, da Comissão de Transportes, contrário ao projeto, favorável às emendas de n.ºs 1, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 20 e 22, às de n.ºs 2, 6, 7 e 17, com subemendas e contrário às de n.ºs 5, 12, 14, 15, 16, 18 e 21. Parecer n.º 938, de 1989, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto, às emendas de n.ºs 2 e 10, às de n.ºs 13 e 17, com subemendas e contrário às demais. Com emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 179 da VI Consolidação do Regimento Interno. Parecer n.º 996, de 1989, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável às emendas de n.ºs 23, 24, 25, 26, 28 e 30 e contrário às de n.ºs 27 e 29. Parecer n.º 997, de 1989, do Congresso das Comissões de Transportes e de Finanças, favorável à emenda de n.º 26, com subemenda e contrário às de n.ºs 23, 24, 25, 27, 28, 29 e 30.

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE

- Discussão e votação do Projeto de lei n.º 485, de 1989, apresentado pelo Sr. Governador, orgando a Receita e fixando a Despesa do Orçamento-Programa do Estado para o exercício de 1990. Com emendas. (Retirada a emenda de n.º 22). Parecer n.º 1113, de 1989, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto, às emendas de n.ºs 50, 53 e 54, às emendas de n.ºs 1 e 16, com subemendas e contrário às demais.

Pauta

29 de novembro de 1989

196.ª Sessão Ordinária

Em pauta por 5 (cinco) sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 160 e o item 3, parágrafo único do artigo 152 do Regimento Interno.

1 - Projeto de lei n.º 668, de 1989, apresentado pelo deputado Maurício Najjar, dando a denominação de "Prof. Dorneval Azevedo" à Escola Estadual de 1.º Grau (Rural) do Bairro de Santa Cruz do Itapeti, em Moji das Cruzes.

2 - Projeto de lei n.º 669, de 1989, apresentado pelo deputado Luiz Jardim, dando a denominação de "Therese Pinheiro Nogueira" à Escola Estadual de 1.º Grau do Conjunto Habitacional Santa Estelvíria, no Distrito de Guadaluza, na Capital.

3 - Projeto de lei n.º 670, de 1989, apresentado pelo deputado Erli Ayala, declarando de utilidade pública a "Fundação Silveira de Inani", em Campinas.

4 - Moção n.º 133, de 1989, apresentada pela Comissão de Promoção Social, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem adotadas medidas preventivas de segurança nas rodovias federais, através dos órgãos responsáveis pelo Sistema Financeiro de Habitação, os itens que especifica. Parecer n.º 1050, de 1989, da Comissão de Promoção Social, favorável.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei complementar n.º 53, de 1989, apresentado pelo Tribunal de Justiça, criando cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, no Quadro daquele Tribunal.

2 - Projeto de lei n.º 604, de 1989, apresentado pelo Sr. Governador, disposto sobre alienação, por doação, à Sociedade Teatro Lírico de Equipe, de Imóvel, situado na Capital, destinado à construção de teatro.

3 - Projeto de lei n.º 605, de 1989, apresentado pelo deputado Milton Baldochi, dando a denominação de "Prof. Luiz Pereira Sobrinho" à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Tonato, em Carapicuíba.

4 - Projeto de lei n.º 606, de 1989, apresentado pelo deputado Randal Juliano Garcia, dando a denominação de "Miguel Elpidio da Costa" à Escola Estadual de 1.º Grau (Agrupada) do Bairro Cururu, em Cabreúva.

5 - Projeto de lei n.º 607, de 1989, apresentado pelo deputado Abdo Haddad, disposto sobre a fixação da biografia de homenagem no local que recebeu seu nome.

6 - Moção n.º 131, de 1989, apresentada pelo deputado Ivan Espíndola de Ávila, apelando para o Congresso Nacional no sentido de ser alterado, através de emenda, o artigo 212, § 4.º da Constituição Federal, objetivando ampliar o programa da merenda escolar.

7 - Moção n.º 132, de 1989, apresentada pelo deputado Afanásio Jazadji, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser criado atendimento de pacientes previdenciários em seu domicílio, quando não puderem ser removidos.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei n.º 597, de 1989, apresentado pelo deputado Néfi Tales, dando a denominação de "Professor Olavo Antonio Barbosa Spinola" à Escola Estadual de 1.º Grau - Vila Rica, em Osasco.

2 - Projeto de lei n.º 598, de 1989, apresentado pelo deputado Nelson Nicolau, dando a denominação de "José Carlos Pinotti" à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Pereira, em Matão.

3 - Projeto de lei n.º 599, de 1989, apresentado pelo deputado Wadli Helô, dando a denominação de "Olimpio Ribeiro" à Rodovia SP-95, que liga os municípios de Amparo e Pedreira.

4 - Projeto de lei n.º 600, de 1989, apresentado pelo deputado Sylvio Martins, declarando de utilidade pública a "União Cristã Feminina", em Campinas.

5 - Projeto de lei n.º 601, de 1989, apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim, dando a denominação de "Professor Walter Cardoso Galati" à Escola Estadual de 1.º Grau (Agrupada) do Bairro Jardim Tangará, em Lins.

6 - Projeto de lei n.º 602, de 1989, apresentado pelo deputado Vicente Botta, declarando de utilidade pública a "Fundação Theodoro Souto", em São Carlos.

7 - Projeto de lei n.º 603, de 1989, apresentado pelo Sr. Governador, disposto sobre alienação, por doação, à Superintendência de Controle de Endemias - Suceen, imóvel situado na Capital, destinado à instalação da sede da autarquia.

8 - Moção n.º 130, de 1989, apresentada pelo deputado Osvaldo Sbeghen, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem isentos de tributação, os medicamentos e produtos alimentícios consumidos pelos diabéticos.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei n.º 579, de 1989, apresentado pelo deputado Campos Machado, dando a denominação de "Antonio Carlos Pacheco e Silva" à Escola Estadual de 1.º Grau do Parque São Jorge, em Campinas.

2 - Projeto de lei n.º 580, de 1989, apresentado pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira, dando a denominação de "Antonio Thomaz da Silva" à Escola Estadual de 1.º Grau (Rural) da Povoação de Sufama, em Altair.

3 - Projeto de lei n.º 581, de 1989, apresentado pelo deputado Hércules de Oliveira, dando a denominação de "Agente de Segurança Penitenciária Joaquim Fonseca Lopes" à Casa de Detenção de Paratibeiras, na Capital.

4 - Projeto de lei n.º 582, de 1989, apresentado pelo deputado Laerte Pinto, declarando de utilidade pública a "Fundação Avibras - Educação e Trabalho", em São José dos Campos.

5 - Projeto de lei n.º 583, de 1989, apresentado pelo deputado Laerte Pinto, dando a denominação de "Professora Dirce Elias" à Escola Estadual de 1.º Grau (Agrupada) do Bairro dos Freitas, em São José dos Campos.

6 - Projeto de lei n.º 584, de 1989, apresentado pelo deputado Mauro Prógato, dando a denominação de "Prof.ª Jandira Lucinda Zanoni" à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Itamaraty, em Ourinhos.

7 - Projeto de lei n.º 585, de 1989, apresentado pelo deputado Campos Machado, dando a denominação de "Mozotti del Picchia" à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Santa Catarina, em Carapicuíba.

8 - Projeto de lei n.º 586, de 1989, apresentado pelo deputado Campos Machado, dando a denominação de "Oliveira Ribeiro Neto" à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Santa Catarina, em Carapicuíba.

9 - Projeto de lei n.º 587, de 1989, apresentado pelo deputado Campos Machado, dando a denominação de "Francisco Basilio Neto" à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim da Lacerda Estiva, em Campinas.